



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Gabinete Conselheiro Renato Rainha

Processo: n.º 38.570/2017-e (e).

Origem: Representação de Cidadão.

Assunto: Representação.

Ementa: Representação ofertada por Cidadão, Técnico Penitenciário, acerca de possíveis irregularidades no procedimento administrativo tendente a sua exoneração do serviço público, em face da reprovação em exame psicotécnico.

. Resultado da diligência objeto da Decisão nº 2.416/2019, proferida nos seguintes termos: "O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do Ofício SEI-GDF nº 446/2019 - SSP/GAB, encaminhado pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal - SSP/DF; II - considerar parcialmente atendida a diligência objeto do item III, alínea "b", da Decisão nº 5.953/2018; III - determinar à Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, encaminhe a este Tribunal as conclusões alcançadas, bem como informa as providências formalizadas em razão da aplicação de novo exame psicotécnico ao servidor Rafael da Conceição Barreto; IV - autorizar a devolução dos autos em exame à SEFIPE, para os devidos fins." (peça 32)

. A Secretaria de Fiscalização de Pessoal sugere ao Tribunal que:

I - tome conhecimento: a) do Ofício SEI-GDF nº 1383/2019 - SSP/GAB e anexos (Peça 35), encaminhado pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal - SSP/DF, considerando cumprida a diligência determinada pelo item III da Decisão nº 2416/2019; b) da ficha admissional juntada ao presente processo (Peça 36); II - considere legal, para fins de registro, em atendimento ao art. 78, inciso III, da Lei Orgânica do Distrito Federal - LODF, a admissão de Rafael da Conceição Barretto, no então cargo de Técnico Penitenciário, atual Agente de Execução Penal, decorrente do concurso público regulado pelo Edital nº 1/2007 (DODF de 23/11/2007), por guardar conformidade com a Decisão nº 5.953/2018; III - autorize o arquivamento dos presentes autos (peça 37).

. Parecer do Ministério Público de Contas em sentido convergente (peça 39).



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Gabinete Conselheiro Renato Rainha

. VOTO. Acolhimento dos termos da instrução e do parecer ministerial. Devolução do feito à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para fins de arquivamento.

RELATÓRIO

Tratam os autos de Representação ofertada por Cidadão (Peça 3), Técnico penitenciário, que dá notícia de possíveis irregularidades no procedimento administrativo relativo à sua exoneração do serviço público, em face da reprovação em exame psicotécnico, requisito previsto no Edital nº 1/2007 (DODF de 23.11.07).

Na fase processual anterior foi editada a **Decisão nº 2.416/2019**, nos seguintes termos:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:

I – tomar conhecimento do Ofício SEI-GDF nº 446/2019 – SSP/GAB, encaminhado pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal – SSP/DF;

II – considerar parcialmente atendida a diligência objeto do item III, alínea “b”, da Decisão nº 5.953/2018;

*III – determinar à Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, encaminhe a este Tribunal as conclusões alcançadas, bem como informa as providências formalizadas em razão da **aplicação de novo exame psicotécnico** ao servidor Rafael da Conceição Barreto;*

IV – autorizar a devolução dos autos em exame à SEFIPE, para os devidos fins.”

Em sua análise do resultado da diligência objeto da deliberação plenária em tela, a **Secretaria de Fiscalização de Pessoal** manifestou o seguinte entendimento:

“8. Tempestivamente, a SSP encaminhou o Ofício SEI-GDF nº 1383/2019 – SSP/GAB e anexos (Peça 35), informando, no que há de relevante, que o servidor Rafael da Conceição Barretto foi convocado para nova avaliação psicológica, consoante Edital nº 1/2019 (DODF de 12/07/2019), nos termos estabelecidos pelo Edital Normativo nº 1/2007 (DODF de 23/11/2007), sendo considerado recomendado, a teor do Edital nº 2/2019 (DODF de 01/08/2019).

9. Ademais, destacou a SSP que “considerando que a Decisão nº 5953/2018 determinou a esta Pasta que antes de dar continuidade à tramitação do



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Gabinete Conselheiro Renato Rainha

Processo Administrativo nº 050.000934/2014 fosse avaliada a possibilidade de submeter o servidor a novo exame psicotécnico para avaliar se reúne as condições necessárias para continuar no cargo de Agente de Atividades Penitenciárias, 'deixando de proceder sua demissão caso o resultado da referida avaliação conclua pela aptidão do servidor', o aludido processo será concluído diante de sua recomendação no exame aplicado". Assim, a diligência em apreço pode ser considerada cumprida.

10. Por racionalidade e economia processual, passa-se a análise da admissão do servidor em comento no presente feito.

11. Nesse sentido, juntamos aos autos sua ficha admissional extraída do SIRAC (Peça 36).

12. Importa comentar que o concurso público para o cargo então cargo de Técnico Penitenciário, atual Agente de Execução Penal¹, regulado pelo Edital nº 1/2007 (DODF de 23/11/2007), foi analisado nesta Casa no bojo do Processo nº 21372/2007.

13. Nesse contexto, considerando a Decisão nº 5953/2018, o procedimento levado a efeito e ora noticiado pela Secretaria, bem como a inexistência de outros óbices, sugerimos que a admissão de Rafael da Conceição Barretto seja considerada legal, para fins de registro, podendo os presentes autos serem arquivados.

Ante o exposto, sugerimos:

I – tomar conhecimento:

a) do Ofício SEI-GDF nº 1383/2019 – SSP/GAB e anexos (Peça 35), encaminhado pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal – SSP/DF, considerando cumprida a diligência determinada pelo item III da Decisão nº 2416/2019;

b) da ficha admissional juntada ao presente processo (Peça 36)

II – considerar legal, para fins de registro, em atendimento ao art. 78, inciso III, da Lei Orgânica do Distrito Federal – LODF, a admissão de Rafael da Conceição Barretto, no então cargo de Técnico Penitenciário, atual Agente de Execução Penal, decorrente do concurso público regulado pelo Edital nº 1/2007 (DODF de 23/11/2007), por guardar conformidade com a Decisão nº 5953/2018;

III – autorizar o arquivamento dos presentes autos."

A ilustre representante do **Ministério Público de Contas** que oficiou no



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Gabinete Conselheiro Renato Rainha

feito, Procuradora **Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira**, opinou pelo acolhimento da sugestão ofertada pela Unidade Técnica, como a seguir reproduzido:

“5. Foram os autos, então, encaminhados ao Ministério Público para manifestação.

6. Considerando que o Representante, o servidor Rafael da Conceição Barretto, foi submetido a nova avaliação psicológica pela SSP, ocasião em que foi declarado apto conforme edital nº 2/2019 (DODF de 1/8/19), a diligência contida no item III da Decisão nº 2.416/2019 pode ser considerada atendida.

7. Desse modo, este MPC converge com as conclusões e sugestões do CT e pugna para que a c. Corte acolha in totum o contido na informação contida na Peça nº 37.”

É o relatório.

VOTO

A Unidade Técnica dá notícia do cabal atendimento da diligência objeto da Decisão nº 2.416/2019, consistente na submissão do representante, **RAFAEL DA CONCEIÇÃO BARRETTO**, admitido no cargo de Técnico Penitenciário, atual Agente de Execução Penal, a novo exame psicotécnico, destinado a avaliar se aquele reunia condições para continuar no exercício do referido cargo.

Na forma do Ofício SEI-GDF nº 1383/2019 – SSP/GAB e anexos (Peça 35), a Secretaria de Estado de Segurança Pública informou que:

a) *“em cumprimento ao contido no item III, alínea “b” da Decisão nº 5953/2018 prolatada por essa Colenda Corte, o servidor **RAFAEL DA CONCEIÇÃO BARRETTO**, Agente de Atividades Penitenciárias, matrícula nº 198.555-8, foi submetido a nova avaliação psicológica em 22 de junho de 2019, conforme Edital nº, de 11 de julho de 2019, publicado no DODF nº 130, de 12 de julho de 2019, cópia anexa, na forma prevista no Edital Normativo no 1/2007-SEJUSDH, de 22 de novembro de 2007, tendo sido **considerado recomendado**, cujo resultado foi publicado por intermédio do Edital nº 92, de 31 de julho de 2019, no DODF nº 2144, de 12 de agosto de 2019, cópia anexa.” (grifamos)*

b) o Processo Administrativo Disciplinar instaurado para formalizar a demissão do mencionado servidor seria concluído. Todavia, esta providência observaria o resultado do exame psicotécnico que venho de mencionar, bem como os termos da **Decisão nº 5.953/2018**, em cujo **item III.b** consta determinação ao órgão jurisdicionado que deixasse de proceder a demissão do servidor, caso o resultado da referida avaliação fosse por sua aptidão para o exercício do mencionado cargo.



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Gabinete Conselheiro Renato Rainha

Este entendimento motivou a Unidade Técnica a sugerir que a admissão de **RAFAEL DA CONCEIÇÃO BARRETTO** seja considerada legal, podendo os autos ser arquivados.

Destarte, não vislumbrando óbice ao acolhimento dos termos da instrução e do parecer ministerial, **VOTO** no sentido de que o egrégio Plenário:

I - tome conhecimento:

- a) do Ofício SEI-GDF nº 1383/2019 – SSP/GAB e anexos (Peça 35), encaminhado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal – SSP/DF;
- b) da ficha admissional juntada ao presente processo (Peça 36)

II - considere:

- a) atendida a diligência determinada na forma do item III da Decisão nº 2.416/2019;
- b) com fundamento no art. 78, inciso III, da Lei Orgânica do Distrito Federal, legal a admissão de **RAFAEL DA CONCEIÇÃO BARRETTO**, no cargo de Técnico Penitenciário, atual Agente de Execução Penal, decorrente do concurso público disciplinado pelo Edital nº 1/2007 (DODF de 23/11/2007), por guardar conformidade com a Decisão nº 5.953/2018;

III - autorize o arquivamento dos presentes autos.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 2020.

ANTONIO RENATO ALVES RAINHA
Conselheiro-Relator